AS FALSAS PROMESSAS DAS BARRAGENS

PARIS, 13 DE MAIO 2019

AS FALSAS PROMESSAS DAS BARRAGENS: COMO AS HIDRELÉTRICAS NÃO CUMPREM O ACORDO CLIMÁTICO DE PARIS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU

UMA DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA OCASIÃO DO WORLD HYDROPOWER CONGRESS 2019 EM PARIS, FRANÇA

Nós vivemos em uma época de urgência. Os cientistas têm alertado sobre o pouco tempo que temos para controlar as mudanças climáticas e proteger a integridade da vida em nosso planeta.

Confrontar a crise climática requer soluções criativas que protejam a natureza e, ao mesmo tempo, respeitem os direitos humanos. Diante dos desafios, não podemos permanecer silenciosos enquanto as grandes corporações e seus financiadores e aliados vendem falsas soluções para as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.

Um exemplo gritante desse tipo de manobra é a tentativa de caracterizar grandes hidrelétricas como fontes de energia 'limpa e verde', como pode ser observado no *World Hydropower Congress 2019*. Organizado em Paris pelo lobby industrial da Associação Internacional de Hidreletricidade (IHA), em parceria com a UNESCO, o tema do evento é 'Cumprindo com o Acordo Climático de Paris e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável'.

O retrato de hidrelétricas como energia verde – com pretensões de capturar incentivos financeiros através de mecanismos como Climate Bonds e o Fundo Verde para o Clima – convenientemente ignora um longo legado de catástrofes sociais e ambientais, desperdícios econômicos e, muitas vezes, grandes esquemas de corrupção. Barragens são a antítese do desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

EXPLICA-SE:

- Grandes hidrelétricas – bem como cascatas de barragens menores – muitas vezes provocam i**mpactos devastadores sobre comunidades altamente vulneráveis**, incluindo povos indígenas. Barragens, juntamente com reservatórios e linhas de transmissão, já provocaram o deslocamento de aproximadamente

40 a 80 milhões de pessoas no mundo, sem justa compensação ou reparações. Entretanto, as consequências sociais e ambientais de hidrelétricas se estendem muito além desses impactos imediatos. Com suas gigantes paredes de concreto, as barragens causam **impactos profundos nos ecossistemas aquáticos**, perturbando o fluxo natural de água e sedimentos, impedindo movimentos migratórios de peixes, deteriorando a qualidade da água, eliminando habitats únicos e prejudicando a biodiversidade. – Esses impactos afetam diretamenteos direitos das populações locais, estas que dependem da preservação ambiental e saúde dos rios. Recentemente foi estimado que as hidrelétricas têm comprometido o sustento de até 472 milhões de pessoas que vivem a jusante das barragens.

- A construção de barragens, especialmente em áreas de fronteira como a Amazônia, o Platô Tibetano, o Congo e a Sibéria, tem sido acompanhada pela abertura de estradas de penetração, fluxos migratórios acelerados e intensificação de práticas ilegais como a grilagem de terras públicas, extração predatória de madeira, desmatamento e exploração mineral — todos associados ao aumento dos níveis de violência. Os recentes assassinatos de defensores de direitos humanos e meio ambiente, como Berta Cáceres, em Honduras, e Dilma Ferreira Silva, no Brasil, ilustram que a violência extrema em áreas rurais é, muitas vezes, diretamente atribuível aos proponentes de barragens, ou ligada a conflitos socioambientais desencadeados pela construção dessas. Aumentos dramáticos nos índices de violência urbana e o declínio de indicadores sociais também se tornaram comuns em municípios como Altamira, no Estado do Pará, fortemente impactado pela megabarragem de Belo Monte.
- Particularmente em regiões tropicais, os reservatórios de hidrelétricas frequentemente **emitem quantidades significativas de gases de efeito estufa**, sendo uma das principais fontes antrópicas de emissão de metano – muito mais potentes que o dióxido de carbono. Em alguns casos, os projetos hidrelétricos estão produzindo mais emissões de gases efeito estufa do que que as usinas movidas a carvão, que geram a mesma quantidade de eletricidade.
- As barragens **destroem as florestas** que servem como um dos principais sumidouros de carbono no planeta, sendo fundamentais para a contenção das mudanças climáticas. Estudos mostram que, devido a seus efeitos sobre o regime hidrológico, as hidrelétricas prejudicam árvores e outras formas de vegetação até muito distantes do local do barramento do rio. Conforme já observado, em regiões fronteiriças, as represas abrem as portas para indústrias extrativistas como a mineração e a exploração madeireira, e para o agronegócio, ameaçando ainda mais as florestas.
- Grandes empreendimentos hidrelétricos têm provocado a destruição de **sítios de patrimônio cultural e histórico**. Dois exemplos recentes são a inundação da cidade histórica de Hasankeyf, com mais de 10.000 anos, pela megabarragem de Ilisu, no Rio Tigre da Turquia, e a destruição das cachoeiras das Sete Quedas no rio Teles Pires, afluente do Tapajós, na Amazônia brasileira – um local sagrado, de grande importância espiritual para os povos indígenas Munduruku, Apiaka e Kayabi.
- Em vários casos, **grandes hidrelétricas estão ameaçando ou já têm impactado sítios de Patrimônio Mundial da UNESCO**, como no caso de Gibe III na Etiópia, que está provocando impactos nocivos a jusante no rio Omo e no Lago Turkana, no Quênia. O grau de agressão aos tesouros naturais globais é ilustrado pelo fato de que pelo menos 20% dos sítios naturais de Património Mundial estão ameaçados ou já impactados por barragens e outras obras de infraestrutura hídrica; e esse percentual tem aumentado ao longo dos últimos 5 anos.

Para piorar as coisas, as megabarragens, com seus problemas crônicos de sobre-preço e atrasos de construção, têm deixado, com frequência, países enterrados em dívidas públicas, como no caso do projeto hidrelétrico Coca

Codo Sinclair no Equador. Esse fator prejudica a capacidade dos governos de investir em transições para estratégias energéticas verdadeiramente renováveis.

Enquanto isso, inovações tecnológicas na geração de energia solar e eólica estão minando cada vez mais a competitividade da energia hidrelétrica como fonte de energia acessível. De fato, as hidrelétricas se tornaram a menos atraente de todas as opções de energia não fósseis, especialmente no contexto das mudanças climáticas, com uma redução de 50% nas instalações anuais ao redor do mundo nos últimos cinco anos.

Diante dessas questões fundamentais, o que tem permitido a propagação de novos projetos hidrelétricos destrutivos ao redor do mundo? E por que seus proponentes têm se beneficiado de incentivos econômicos, inclusive créditos de carbono e financiamentos de 'energia limpa'?

- A priorização de grandes empreendimentos hidrelétricos dentro de políticas nacionais de energia tipicamente ocorre por meio de **processos centralizados de tomada de decisão**. Tais processos caracterizam-se pela ausência de transparência, participação popular e métodos de planejamento estratégico capazes de promover uma avaliação abrangente das necessidades energéticas da sociedade, comparando custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos.

- As decisões políticas relativas à identificação de 'localizações ótimas' para a construção de barragens são frequentemente baseadas em **estudos de inventário de bácias hidrográficas realizados ou encomendados por empresas de construção privadas e estatais**, nas quais o potencial de geração de energia é essencialmente o único critério, enquanto o levantamento sobre os potenciais impactos sociais e ambientais são amenizados ou simplesmente ignorados. Em alguns casos, estudos de inventário sequer são realizados.

- No âmbito de projetos individuais, **estudos de impacto ambiental (EIAs) são geralmente conduzidos e/ou financiados por proponentes de barragens** que sistematicamente subestimam os impactos sociais e ambientais enquanto superestimam benefícios socioeconómicos, segundo uma lógica de maximização das margens de lucro para demonstrar a 'viabilidade' de projetos.

- Os proponentes de hidrelétricas **frequentemente minimizam a extrema vulnerabilidade das represas às mudanças climáticas**. No entanto, os períodos de extrema seca e inundação previstos por climatologistas, e cada vez mais evidentes em diversas regiões do mundo, vêm comprometendo o funcionamento de hidrelétricas durante grande parte do ano.

- Existe uma tendência de se ignorar a literatura científica que demonstra que as hidrelétricas, especialmente aquelas localizadas nos trópicos, causam emissões significativas de gases do efeito estufa. Essas represas **produzem seu pico de emissões nos anos após o primeiro enchimento de um reservatório**, dificultando enormemente nossos esforços para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 grau Celsius acima dos níveis pré-industriais, conforme acordado no Acordo de Paris.

- Uma característica recorrente da construção de barragens hidrelétricas tem sido a **ausência de processos de consulta livre, prévia e informada junto ao povos indígenas e outras comunidades tradicionais**, conforme garantido pela Convenção 169 da OIT e pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). A falta de tais provisões dentro do Protocolo de Avaliação de Sustentabilidade de Hidrelétricas (HSAP) da *International Hydropower Association* (IHA) e outras 'ferramentas de sustentabilidade' é uma omissão gritante.

- Entre os atores corporativos e as instituições financeiras engajadas com hidrelétricas, muitas vezes num estágio relativamente avançado do empreendimento, um problema crônico tem sido a **falta de políticas adequadas de 'devida diligência' na gestão de riscos sociais e ambientais**, inclusive processos de

triagem de projetos problemáticos em termos de violação de direitos humanos, a exemplo da ausência de consentimento livre, prévio e informado junto a comunidades atingidas.

- Tem faltado um **monitoramento robusto e independente dos impactos socioambientais de barragens e da eficácia de medidas obrigatórias de mitigação e compensação** como base para a melhoria da governança, inclusive como referência para desembolsos de empréstimos por instituições financeiras.

- Quando a indústria de hidrelétricas encontram dificuldades em obter licenças ambientais para projetos mal planejados de alto risco, seus membros frequentemente usam **seu acesso privilegiado a altas esferas do governo para exercer influência sobre decisões-chave**. Outra tática frequente tem sido intervenções políticas dentro do judiciário para minar ações que questionam violações dos direitos humanos e da legislação ambiental. Cooptação, intimidação e criminalização dos movimentos, juntamente com o uso das forças armadas, tem sido utilizadas para dificultar a mobilização social e protestos das populações atingidas pelas barragens em defesa dos seus direitos.

- Escândalos envolvendo a indústria hidrelétrica indicam o **papel central da corrupção** como causa de comportamentos antiéticos, repressivos e ilegais que sustentam projetos destrutivos. Três exemplos recentes incluem revelações de nepotismo, acordos obscuros de propriedade e procedimentos de licitação duvidosos dentro da China Three Gorges Corporation, as investigações da Operação Lava Jato no Brasil – que revelaram uma extensa rede de suborno envolvendo empresas como Eletrobras e Odebrecht em contratos de construção de hidrelétricas – e as megarepresas de Kirchner e Cerpernic na Argentina – autorizadas como resultado direto de pagamentos ilícitos de empreas hidrelétricas para funcionários públicos – enquanto os impactos sobre as geleiras de Perito Moreno, Patrimônio Mundial da UNESCO, foram simplesmente ignorados.

- A indústria hidrelétrica, liderada pela IHA, **tem resistido à adoção de salvaguardas sociais e ambientais robustas**, a exemplo das diretrizes pautadas em direitos humanos da Comissão Mundial de Barragens. Ao invés isso, a indústria tem optado pela aplicação das "melhores práticas" voluntárias e autodefinidas entre um número reduzido de projetos selecionados. Não obstante outras limitações, o Protocolo de Avaliação de Sustentabilidade de Hidrelétricas (HSAP) patrocinado pela IHA foi utilizado e tornado público em menos de 1% das hidrelétricas planejadas e construídas nos últimos dez anos.

Enquanto ilusões de "energia hidrelétrica sustentável" têm sido amplamente divulgadas ao público, utilizando estratégias de comunicação sofisticadas, os principais membros da indústria continuam a **barrar rios caractecterizados por sua grande diversidade biológica e importância sócio-cultural**, incluindo o Mekong, Xingu, Madeira, Teles Pires, Yangtze -Jinshajiang e Bureya.

Além disso, existem planos em curso para represar muitos dos últimos rios de fluxo livre do mundo: O Congo, Lena, Irrawaddy, Vjosa, Nu-Salween, Amur-Heilongjiang, Selenga, Marañon, Juruena, Tapajós, Beni, Shilka e Rios Karnali, entre outros. **Basta**!

UM CONVITE À AÇÃO

As organizações da sociedade civil que subscrevem este documento conclamam aos membros da *International Hydropower Association* (IHA), governos e instituições financeiras internacionais para implementar as seguintes ações urgentess:

- **Redirecionar prioridades, investimentos e incentivos financeiros** para a conservação e uso eficiente da energia e para opções verdadeiramente sustentáveis de geração de energia renovável (solar, eólica e biomassa e, quando apropriado, micro-hidro), ao invés da construção de mais hidrelétricas. Uma atenção especial deve

ser dada a oportunidades de inovação tecnológica, geração descentralizada e melhoria do acesso à energia entre comunidades isoladas e fora da rede.

- **Eliminar incentivos financeiros para novos projetos hidrelétricos dentro de mecanismos de mudança climática**, como o Fundo Verde para o Clima e Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), e no âmbito de programas voltados para promover a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (com a possível exceção de projetos de micro-hídrico).

- **Encomendar auditorias independentes** de casos polêmicos de hidrelétricas e cascatas de barragens em nível de bacia, em termos de suas consequências sociais e ambientais, identificando medidas para mitigar impactos e garantir reparações para comunidades atingidas com base em consultas diretas. Quando tais medidas são proibitivamente caras ou inviáveis, o descomissionamento de barragens deve ser realizado.

- **Assegurar o alinhamento de procedimentos de operação para hidrelétricas existentes com planos territoriais** em nível de bacia hidrográfica que tratam da gestão integrada dos recursos hídricos e de áreas protegidas, e que garantem processos ecológicos essenciais e os direitos das comunidades locais, tendo por base conceitos e ferramentas da gestão participativa e adaptativa.

- **Garantir que políticas e projetos de energia renovável adotem, de maneira geral, diretrizes robustas para salvaguardar os direitos humanos e proteção ambiental**, a exemplo da Convenção 169 da OIT e os Princípios das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Nenhum projeto novo de energia com potencial de provocar danos aos territórios e meios de vida de povos indígenas e outras comunidades tradicionais deve ser autorizado sem obter o consentimento livre, prévio e informado da comunidade, assegurando o desenho cooperativo de estratégias de co- gestão do empreendimento.

Entre os benefícios de tal mudança de paradigma nas estratégias de energia e planejamento de desenvolvimento serão contribuições importantes para a proteção dos últimos rios de fluxo livre do mundo, que são vitais para a resiliência climática, a conservação da biodiversidade e meios de vida sustentáveis das populações humanas.

As empresas de energia e os governos devem suspender todos os esforços para barrar os rios de fluxo livre que ainda restam do mundo e se concentrar em: i) melhorar a eficiência e a sustentabilidade dos projetos hidrelétricos e cascatas existentes; e ii) investir em eficiência energética e energias renováveis verdadeiramente sustentáveis.

Além disso, os governos devem promover urgentemente a proteção legal e permanente dos últimos rios de fluxo livre do mundo, inclusive cursos de água transfronteiriços, com o devido respeito aos direitos territoriais dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, que desempenham papéis fundamentais como guardiões de rios saudáveis.

Paris, 13 de maio de 2019

Assinado,

African Law Foundation (AFRILAW) - (Nigeria)
AIDA – (Latin America)
Alliance of Mother Nature's Guardians – (Global)
Amazon Watch – (USA)
Ambiente, Desarrollo y Capacitación (ADC) – (Honduras)
Ambodisakoana clinic – (Madagascar)
Amur Ecological Club Ulukitkan –(Russia)
Amur Socio-ecological Union – (Russia)
Anti-Coal Citizen environmental watch in Pacific Russia – (Russia)
Arab Watch Regional Coalition – (MENA)
Asociación Amigos de los Parques Nacionales – (Argentina)
Associação Alternativa Terrazul - (Brazil)
Associação Xaraiés – (Brazil)
Association "for Sustainable Human Development" – (Armenia)

Association Activatica – (Russia and Estonia)
Association of Indigenous peoples of the North of the Khabarovsk region – (Russia)
Association of Young Researchers Bor – (Serbia)
Association Toxicologie Chimie – (France)
Assosiation of Journalists-Environmentalists of the Russian Union of Journalists –(Russia)
Auburn University Museum of Natural History – (USA)
Aves Argentinas – (Argentina)
Baikal Expedition - (Russia)
Balkani Wildlife Society – (Bulgaria)
Balkanka Association, Sofia – (Bulgaria)
Banco de Bosques – (Argentina)
Bangladesh Poribrsh Andolon (BAPA) – (Bangladesh)
Bank Information Center – (USA)
Bank Information Center Europe – (Europe)
Bargi Bandh Visrhapit Evam Parbhavit Sangh – (India)
Berliner Wassertisch – (Germany)
Bhanu Mahajan & Associates (BMA) – (India)
BIC Europe – (Netherlands)
Biodiversity Center of Russian Academy of Science, Far East Branch – (Russia)
Biodiversity Conservation Center – (Russia)
Bulgarian Biodiversity Foundation – (Bulgaria)
Burma River Network – (Myanmar)
Buryat regional Union on the lake Baikal – (Russia)
Cambodia Human Rights Task Forces (CHRTF) – (Cambodia)
Cedib – (Bolivia)
Centar za ?ivotnu sredinu/ Friends of the Earth Bosnia and Herzegovina – (Bosnia and Herzegovina)
Centre for Coastal Environmental Conservation CCEC – (Bangladesh)
Centre for Environmental Justice/FoE Sri Lanka - (Sri Lanka)
Centre for Financial Accountability – (India)
Centre for Research and Advocacy, Manipur - (India)
Centro Dom José Brandão de Castro – (Brazil)
CHINA LATIN AMERICA SUSTAINABLE INVESTMENT INITATIVE – (Latin America)
Christian Aid – (United Kingdom)
CLEAN (Coastal Livelihood and Environmental Action Network) – (Bangladesh)
Coalition for Human Rights in Development – (Philippines)
Coletivo Cidade Verde – (Brazil)
Colônia Z-16 de Pescadores e Aquicultores – (Sinop/MT)
Community Resource Centre Foundation – (Thailand)
CONSEIL REGIONAL DES ORGANISATIONS NON GOUVERNEMENTALES DE DEVELOPPEMENT DR – (Congo)
Consejo Regional Otomi del Alto Lerma – (Mexico)
Conselho Indigenista Missionário – Cimi – (Brazil)
Conservación Humana A.C. – (Mexico)
Corner House – (United Kingdom)
Council of Elders of Shorsky Indigenous People – (Russia)
CounterCurrent – GegenStroemung – (Germany)
CRDT – (Cambodia)
CSIA-Nitassinan - (France)
Danube Circle – (Hungary)
Druzhina Okhrany Prirody Dzerzhinska (DOPD) – (Russia)
Earthrights International – (Thailand)
Ebo Forest Research Project – (Cameroon)
Ecoa – (Brazil)
EcoAlbania – (Albania)
Ecoforum of NGOs of Kazakhstan –(Kazakhstan)
Ecohome – (Belarus)
Ecojournalism association StPetersburg – (Russia)
Ecological Association "Rzav-God- Save Rzav" – (Serbia)
Ecological center DRONT – (Russia)
EcoLur Informational NGO – (Armenia)
Ecomed PU – (Azerbaidzhan)
Eco-TIRAS International l Association of River Keepers – (Moldova and Ukraine)
Ekoloski pokret Ibar – (Serbia)
Endorois Welfare Council – (Kenya)
Environmental Association Avalon – (Serbia)
"Environmental Citizens' Association "Front 21/42" – (North Macedonia)
ERN France (European Rivers Network) – (France)
ESAF RDC - (DR Congo)
EuroNatur Foundation – (Germany)
EUROPARC Federation – (Belgium)
Eyge Environmental Education Center – (Russia)
Facultad de Ciencias – (Uruguay)
Federal University of Lavras – (Brazil)
Fonasc cbh – (Brazil)
Fondation pour la Protection de la Biodiversité Marine (FoProBiM) – (Haiti)
Forum for Policy Dialogue on Water Conflicts in India – (India)
Forum for Siang Dialogue (FSD) - (India)
FÓRUM MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIAL – (Brazil)
Foundation for Ecological Education and Training (FEET) – (Bulgaria)
Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil – (Brazil)
Friends of Lake Turkana (FoLT) – (Kenya)
Friends of the Earth US - (USA)
Friends of the Siberian Forests – (Russia)
"Funcacion Proyectos Ambientales "PROA" – (Argentina San Salvador de Jujuy)
Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN) – (Argentina)
Fundacion Arcoiris por el respeto a la diversidad sexual – (México)
FUNDACION CAUCE: CULTURA AMBIENTAL-CAUSA ECOLOGISTA – (Argentina)
Fundacion Chile Sustentable – (Chile)
Fundación Entropika – (Colombia)
Fundación Esfera – (Venezuela)
Fundación Flora y Fauna – (Argentina)
Fundación Naturaleza para el Fututro – (Argentina)

Fundación Pulso Ambiental – (Chile)
GAIA Apatity environmental centre – (Russia)
GECM, UNS-CONICET – (Argentina)
GITPA – (FRANCE)
GM Optimist – (Serbia)
Green Alternative – (Georgia)
Green Earth Volunteers - (China)
Green Home – (Montenegro)
Greenpeace – (Brazil/International)
Greenpeace Russia – (Russia)
GroundWork, Friends of the Earth – (South Africa)
Grupo Semente - (Brazil)
Guild of Environmental Reporters of Sanct Petersburg - (Russia)
Hamdab Dam Affected Commnities – (Sudan)
HimDhara Environment Research and Action Collective – (India)
Human Rights Forum – (India)
Human Rights in China – (USA)
Human Rights Movement "Bir Duino-Kyrgyzstan" – (Kyrgyzstan)
ICRA International – (France)
Inclusive Development International – (USA)
Indigenous Environmental Network – (USA)
Indigenous Perspectives – (India)
Initiative to Keep Hasankeyf Alive – (Turkish-Kurdistan)
INPA – (Brazil)
Instituto Caracol – (Brazil)
Instituto Centro de Vida – (Brazil)
Instituto de Investigaciones Antropològicas y Arqueològicas – UMSA Bolivia La Paz –(Bolivia)
Instituto Madeira Vivo-IMV – (Brazil)
Intercultural Resources – (India)
International Accountability Project – (USA)
International Campaign for Tibet – (Germany)
International Coalition to Protect the Polish Countryside (ICPPC) – (Poland)
International Rivers – (Brazil/International)
Jamaa Resource Initiatives – (Kenya)
James Cook University – (Australia)
Justicia para el Medio Ambiente y los Derechos Humanos, A.C. JADE, A.C. – (Mexico)
Kalpavriksh – (India)
Kikandwa Environmental Association (KEA) – (Uganda)
KRuHA - people's coalition for the right to water – (Indonesia)
Kuki Women's Human Rights Organization – (Myanmar)
Living Rivers – (Myanmar)
Lumiere Synergie pour le Developpement – (Senegal)
Maiouri Nature Guyane - (Guyane Fran?aise France)
Manthan Adhyayan Kendra – (India)
Manushya Foundation – (Thailand)
Mekong Watch – (Japan)
Mesopotamia Ecology Movement – (Turkish-Kurdistan)
Mong Pan Youth Association – (Myanmar)
Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo MTC – (Brazil)
MST / MT – (Brazil)
Museo de Historia Natural Universidad Nacional Mayor de San Marcos – (Peru)
Museo Nacional de Historia Natural - La Paz – (Bolivia)
Museu Paraense Emilio Goeldi – (Brazil)
Narmada Bachao Andolan – (India)
National Oil Spill Detection and Response Agency – (Nigeria)
Nature Iraq – (Iraq)
NatureRights – (France)
Nepal River Conservation Trust (NRCT) – (Nepal)
NGO BROC – (Russia)
NGO Eco – team – (Montenegro)
NGO ECOPANA - (Kosovo)
NGO Forest, Nature and Environment of Aceh – (Indonesia)
NGO Forum on ADB – (Philippines)
NGO Forum on Cambodia – (Cambodia)
NGO Gamarjoba – (Georgia)
Northeastern Rural Development – (Cambodia)
Notre Affaire à Tous – (France)
Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia – (Brazil)
Ohrid SOS – (Macedonia)
OLMA (Observatório Luciano Mendes de Almeida) – (Brazil)
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA – OPAN – (Brazil)
Organizing Committee of the Party for the Protection of Animals (NGO) - (Russia)
Oyu Tolgoi Watch – (Mongolia)
Pakistan Fisherfolk Forum – (Pakistan)
Paryavaran Suraksha Samiti – (India)
PET Arrayanes – (Uruguay)
Pindos Perivallontiki – (Greece)
Planète Amazone – (France)
PMSBV – (India)
Pomory Association – (Russia)
Proceso de Comunidades Negras – (Colombia)
Projeto Saude e Alegria - (Brazil)
RED.br (Réseau européen pour la démocratie au Brésil) - (France)
Redt Tre Heritage Institute – (Slovenia)
Reporter At Large – (India)
River Basin Friends – (India)
Rivers without Boundaries International Coalition – (North Eurasia)
Rivers without Boundaries Mongolia – (Mongolia)
Riverwatch – (Austria)
Sakhalin Environment Watch – (Russia)
Salvadoran Center for Appropriate Technology – (Salvador)
SAVE Rivers Network – (Malaysia)
Save the Tigris Campaign – (Iraq)
Scientists4Mekong – (Australia)
SEA SHEPHERD FRANCE - (FRANCE)

Service d’Action au Développement communautaire (SaDEC) – (DRC République Démocratique du Congo)

Socio-ecological Union International – (Russia)

SOS forêts - (C ôte d’Ivoire)

South Asia Network on Dams, Rivers & People – (India)

State University of New York Environmental Science and Forestry (ESF) – (USA)

Tajik Social and Ecogical Union – (Tajikistan)

Tapan Eco-club NGO – (Armenia)

Taraqqiet Centre – (Tajikistan)

Tatarstan Socio-ecological Union – (Russia)

Thai Mekong People Network in 8 Provinces, Thailand – (Thailand)

The Aathi Network – (India)

The Altai Project – (USA)

The Belize Institute of Environmental Law and Policy – (Belize)

The Belize Zoo and Tropical Education Center – (Belize)

Three S Rivers Protection Network – (Cambodia)

TOKA : The Organization to Conserve the Albanian Alps - (Albania)

Toxic Action network Central Asia – (Kyrgyz Republic)

ToxicsWatch Alliance – (India)

Turkish Nature Research Society – (Türkiye)

Ulu Foundation – (USA)

Unisinos – (Brazil)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – (Brazil)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – (Brazil)

Universidade Federal do Rio de Janeiro – (Brazil)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (Brazil)

Upemba National Park – (DR Congo)

Urgewald e.V. – (Germany)

Vietnam River Network - (Vietnam)

Vindhyan Ecology and Natural History Foundation – (India)

WALHI west java – (Indonesia)

Wetland university network - (Vietnam)

World Heritage Watch - (Germany)

WWF Adria – (Croatia)

WWF -Italy – (Italy)

Xeni Gwet’in (Nemiah Valley Indian Band) – (Canada)

Yamuna Jiye Abhiyaan - (India)

Yayasan HAkA – (Indonesia)

Yonge Nawe Environmental Action – (Swaziland)

Young Research of Serbia – (Serbia)

Zeleni Osijek – (Croatia)